

Demonstrações financeiras

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

31 de dezembro de 2023
Com Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

Relatório da administração.....	3
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1. Contexto operacional.....	10
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	11
3. Principais práticas contábeis.....	13
4. Normas e interpretações novas e revisadas.....	20
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	20
6. Aplicações financeiras.....	20
7. Ativo da concessão.....	20
8. Imobilizado.....	22
9. Intangível.....	22
10. Fornecedores.....	23
11. Debêntures.....	24
12. Tributos e encargos sociais a recolher.....	26
13. Encargos regulatórios a recolher.....	27
14. Provisões.....	28
15. PIS e COFINS diferidos.....	28
16. Patrimônio líquido.....	29
17. Receita operacional líquida.....	30
18. Custo de implementação da infraestrutura e despesas gerais administrativas	33
19. Resultado financeiro.....	33
20. Imposto de renda e contribuição social.....	34
21. Transações com partes relacionadas.....	35
22. Instrumentos financeiros.....	36
23. Seguros.....	38
24. Compromissos assumidos.....	38
25. Eventos subsequentes.....	38
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.....	39

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Relatório da administração

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Análise do resultado do exercício de 2023 em comparação com o exercício de 2022:

A Companhia esteve em fase pré-operacional até novembro de 2022, sendo os resultados auferidos reflexo basicamente da implementação da infraestrutura de transmissão e respectiva remuneração dos ativos de concessão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs).

A Receita Anual Permitida (RAP) e a respectiva realização das receitas se iniciam após a entrada em operação das obras.

O exercício de 2023 apresentou um lucro líquido de R\$195.377 em comparação ao ano anterior de R\$40.324.

A **receita operacional líquida** teve variação positiva de 53,6% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	<u>2023</u>	<u>A.V. %</u>	<u>2022</u>	<u>A.V. %</u>	<u>Varição 2023/2022 %</u>
Receita de infraestrutura (i)	427.121	58,9	367.775	66,1	36,9
Ganho de eficiência (ii)	75.353	8,8	-	0,0	100
Operação e manutenção (iii)	46.751	5,3	5.150	0,9	786,4
Remuneração dos ativos de concessão (iv)	397.141	46,5	240.464	43,2	65,2
Tributos sobre a receita (v)	(87.539)	(10,2)	(56.739)	(10,2)	54,3
Encargos regulatórios (v)	(4.244)	(0,5)	(390)	(0,1)	988,2
Receita operacional líquida	<u>854.583</u>		<u>556.260</u>		<u>53,6</u>

- (i) As **receitas de infraestrutura** totalizaram R\$427.121 em 2023, comparada com R\$367.775 em 2022. Essa receita é reconhecida considerando os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. O aumento no ano de 2023 é decorrente do registro de custos posteriores a entrada em operação comercial.
- (ii) O **ganho de eficiência** refere-se a ganho adicional ao contabilizado via margem de construção ao longo da obra, que se origina pela maior eficiência em relação aos custos previstos e/ou antecipação em relação ao prazo ANEEL. Em 2023 totalizou R\$75.353.
- (iii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$46.751 em 2023, comparada com R\$5.150 em 2022, explicada principalmente pela entrada em operação das instalações do contrato 022/2017 em novembro de 2022.
- (iv) A **remuneração dos ativos da concessão** somou R\$397.141 em 2023 comparada com R\$240.464 em 2022, devido a atualização do ativo da concessão.
- (v) As **deduções da receita operacional** somaram R\$97.783 em 2023 frente a R\$57.129 em 2022, acompanhando a variação da receita de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos da concessão.

Os **custos de implementação da infraestrutura e operação e manutenção** representam os investimentos efetuados nas obras em andamento no período e custos para operar o empreendimento, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. Totalizaram R\$264.226 em 2023, comparado aos R\$262.389 em 2022 devido, principalmente, do registro de custos posteriores a entrada em operação comercial.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Relatório da administração

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As **despesas gerais e administrativas** totalizaram R\$4.878 em 2023, comparada com R\$6.501 em 2022, principalmente relacionado a redução das despesas com pessoal e serviços de terceiros devido a entrada em operação comercial do empreendimento.

O **resultado financeiro** apresenta despesa financeira de R\$195.315 em 2023 e comparada com R\$225.791 em 2022.

O **imposto de renda** e a **contribuição social** atingiram R\$99.428 em 2023, em comparação com R\$21.255 em 2022, principalmente pelos impostos correntes e diferidos incidentes sobre a receita de infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	92.350	18.348
Aplicações financeiras	6	47.879	128.654
Ativo da concessão	7	331.207	309.383
Tributos e contribuições a compensar		6.498	10.657
Partes relacionadas	21	860	158
Despesas pagas antecipadamente		275	411
		479.069	467.611
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	7	3.777.644	3.343.385
Fundos vinculados	11.4	108.148	-
Estoques		35	-
Depósitos judiciais		3.237	2.985
		3.889.064	3.346.370
Imobilizado	8	773	1.212
Intangível	9	-	14
		773	1.226
		3.889.837	3.347.596
Total do ativo		4.368.906	3.815.207
PASSIVO			
Circulante			
Arrendamento		129	164
Fornecedores	10	260.201	56.815
Debêntures	11	91.100	89.518
Partes relacionadas	21	2.344	1.042
Dividendos a pagar	16 (b)	46.402	-
Tributos e encargos sociais a recolher	12	5.188	3.399
Encargos regulatórios a recolher	13	358	234
Obrigações trabalhistas		74	252
		405.796	151.424
Não circulante			
Fornecedores	10	2.935	
Arrendamento		542	944
Debêntures	11	2.176.816	2.170.480
Encargos regulatórios a recolher	13	1.158	156
Provisões para demandas judiciais	14	24.103	11.660
PIS e COFINS diferidos	15	376.257	335.255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20 (b)	369.467	282.431
		2.951.278	2.800.926
Patrimônio líquido			
Capital social	16 (a)	315.000	315.000
Reservas e retenção de lucros	16 (c)	696.832	547.857
		1.011.832	862.857
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.368.906	3.815.207

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional líquida	17	854.583	556.260
Custo de implementação da infraestrutura e operação e manutenção	18	<u>(264.226)</u>	<u>(262.389)</u>
Lucro bruto		<u>590.357</u>	<u>293.871</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Receitas – Revisão Tarifária Periódica, líquidas	7	(95.360)	-
Gerais e administrativas	18	(4.878)	(6.501)
Outras despesas e receitas operacionais		<u>1</u>	<u>-</u>
		<u>(100.237)</u>	<u>(6.501)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		490.120	287.370
Receitas financeiras	19	27.753	13.005
Despesas financeiras	19	<u>(223.068)</u>	<u>(238.796)</u>
		<u>(195.315)</u>	<u>(225.791)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		294.805	61.579
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	20	(12.993)	-
Diferido	20	<u>(86.435)</u>	<u>(21.255)</u>
		<u>(99.428)</u>	<u>(21.255)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>195.377</u></u>	<u><u>40.324</u></u>

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	195.377	40.324
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>195.377</u>	<u>40.324</u>

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		135.000	25.382	482.151	-	642.533
Integralização de capital		180.000	-	-	-	180.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	40.324	40.324
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	16 (c)	-	2.016	-	(2.016)	-
Constituição de retenção de lucros	16 (c)	-	-	38.308	(38.308)	-
Em 31 de dezembro de 2022		315.000	27.398	520.459	-	862.857
Lucro líquido do exercício		-	-	-	195.377	195.377
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	16 (c)	-	9.769	-	(9.769)	-
Constituição de retenção de lucros	16 (c)	-	-	139.206	(139.206)	-
Dividendos obrigatórios	16 (b)	-	-	-	(46.402)	(46.402)
Em 31 de dezembro de 2023		315.000	37.167	659.665	-	1.011.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	195.377	40.324
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (nota 18)	207	150
PIS e COFINS diferidos	41.002	52.728
Imposto de renda e contribuição social diferidos	87.036	20.788
Provisão de bônus a funcionários	-	(153)
Ativo da concessão	(841.287)	(613.388)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(26.816)	(12.736)
Juros sobre arrendamentos	-	19
Juros e variações monetárias sobre debêntures (nota 11)	222.197	238.309
Resultado na baixa de ativo imobilizado	347	-
	<u>(321.937)</u>	<u>(273.959)</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo da concessão	385.204	15.995
Tributos e contribuições a compensar	4.159	(14)
Partes relacionadas	(702)	(139)
Estoques	(35)	-
Depósitos judiciais	(252)	(2.470)
Outros	136	823
	<u>388.510</u>	<u>13.195</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	206.321	(22.266)
Partes relacionadas	1.302	843
Tributos e encargos sociais a recolher	37.919	833
Imposto de renda e contribuição social pagos	(36.130)	-
Encargos regulatórios a recolher	1.126	390
Provisões	12.443	11.660
Obrigações trabalhistas	(178)	(67)
	<u>222.803</u>	<u>(8.607)</u>
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	<u>289.376</u>	<u>(269.371)</u>
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	107.591	107.568
Fundos vinculados	(108.148)	-
Aquisição de ativo imobilizado (nota 8)	(101)	(840)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	<u>(658)</u>	<u>106.728</u>
Atividades de financiamento		
Integralização de capital (nota 16 (a))	-	180.000
Amortização do principal das debêntures	(96.656)	-
Pagamento de encargos de dívidas	(117.623)	-
Pagamentos de arrendamentos	(437)	655
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	<u>(214.716)</u>	<u>180.655</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>74.002</u>	<u>18.012</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	18.348	336
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	92.350	18.348
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>74.002</u>	<u>18.012</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Ivaí S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada em conjunto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. (“CTEEP” ou “ISA CTEEP”) e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), constituída em 17 de maio de 2017, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andar , 6º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo (anos)	Próxima		R\$ mil	Mês base
022/2017	30	11.08.47	5 anos	2028	IPCA	362.611	06/23

Contrato nº 022/2017

Composto por: (i) Linha de transmissão Foz do Iguaçu – Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; (ii) Novo pátio 525 kV na SE Guaíra, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA e com unidade reserva; (iii) Linha de Transmissão Guaíra – Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; (iv) Novo pátio 525 kV na SE Sarandi, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA e unidade reserva; (v) Linha de Transmissão Sarandi – Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina; (vi) Linha de Transmissão Sarandi – Paranavaí Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranavaí Norte; (vii) Nova Subestação 230/138 kV Paranavaí Norte, com unidades de transformação 230/138 kV, 6 x 50 MVA e unidade reserva; (viii) Módulos gerais, conexões de unidades de transformação, conexões de reatores e de bancos de capacitores, entradas de linha, interligações de barramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações, administração e apoio. O empreendimento estava previsto para entrada em operação comercial no dia 11 de agosto de 2022.

Em 09 de novembro de 2022, foram emitidos pelo Operador Nacional do Sistema os Termos de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial da: Linha de transmissão Foz do Iguaçu – Guaíra, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 173 km, com origem na Subestação Foz do Iguaçu e término na Subestação Guaíra; Linha de Transmissão Guaíra – Sarandi, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 266 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; Linha de Transmissão Sarandi – Londrina, em 525 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 75 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina; Módulo Geral da ampliação na SE 525kV Foz do Iguaçu; Módulo Geral do pátio novo 525kV da SE Sarandi, Módulo Geral do pátio novo 525kV da SE Guaíra e o Termo de Liberação Definitivo do Módulo Geral da ampliação na SE 525kV Londrina.

Em 02 de dezembro de 2022, foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema o Termo de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial das transformações 525/230 kV – SE Sarandi, 6 x 224 MVA.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 23 de janeiro de 2023, foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema o Termo de Liberação Provisório autorizando o início da operação comercial do Módulo Geral da SE Paranavaí Norte 230kV, das unidades de transformação 230/138 kV, 6 x 50 MVA e unidade reserva e do banco de capacitor 138kV de 30MVAR. Em 26 de janeiro de 2023, emitido Termo de Liberação Provisório da Linha de Transmissão Sarandi – Paranavaí Norte, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranavaí Norte.

Quanto ao novo pátio 525 kV na SE Guaíra, com unidades de transformação 525/230 kV, 6 x 224 MVA iniciou a operação comercial em 01 de maio de 2023, enquanto a Unidade de Transformação reserva 525/230 kV – 224 MVA do novo pátio da SE Sarandi iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2023.

A Companhia tem a previsão de encerrar as obras de implantação do empreendimento e obter do Operador Nacional do Sistema o último Termo de Liberação Definitiva no mês de março de 2024.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1) e de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 20 (b)).
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 14).
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 7)

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 17.1(a))

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

2.5 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias – (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que auditar as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2024.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) Receita de infraestrutura (nota 17.1 (a))
- (b) Remuneração dos ativos da concessão (nota 17.1 (c))
- (c) Receita de operação e manutenção (nota 17.1 (b))

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A partir de 2018, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real Anual (em 2017 o regime era Lucro Presumido). O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existente.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5).

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.7 Ativo da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos de concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão – financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo da concessão – contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 7 (a)).

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.8 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens (nota 8).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (nota 9).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.10 Arrendamentos

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- ***Passivos de arrendamento***

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- ***Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor***

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.12 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 14.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.16 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e Vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Correlação IFRS / IAS</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
OCPC 07 (R1) – Evidenciação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“ <i>single transaction</i> ”)	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com <i>covenants</i>	IAS 1	(*)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	IFRS 16	(**)
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7 IFRS 7	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	% do CDI	2023	2022
Caixa e bancos		1.781	17.858
Certificados de depósitos bancários – CDB	102,2%	90.569	490
		92.350	18.348

6 Aplicações Financeiras

	% do CDI	2023	2022
Fundos de Investimento e outras aplicações (a)	89%	47.879	128.654
		47.879	128.654

(a) Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).

O referido fundo de investimento possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

composição do fundo, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Ativo da concessão

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo financeiro		
Serviços de O&M (a)	3.044	3.368
	<u>3.044</u>	<u>3.368</u>
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (b)	4.105.807	3.649.400
	<u>4.108.851</u>	<u>3.652.768</u>
Circulante	<u>331.207</u>	<u>309.383</u>
Não circulante	<u>3.777.644</u>	<u>3.343.385</u>

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer	4.107.685	3.652.768
Vencidos		
até 30 dias	41	-
de 31 a 60 dias	51	-
de 61 a 360 dias	1.045	-
há mais de 361 dias	29	-
	<u>1.166</u>	<u>-</u>
	<u>4.108.851</u>	<u>3.652.768</u>

A movimentação do ativo da concessão é como segue:

Saldos em 2021	<u><u>3.054.374</u></u>
Receita de infraestrutura (nota 17.1)	367.775
Remuneração dos ativos da concessão (nota 17.1)	240.464
Receita de operação e manutenção (nota 17.1)	5.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Recebimentos	(14.995)
Saldos em 2022	3.652.768
Receita de infraestrutura (nota 17.1)	427.121
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura (17.1)	75.353
Remuneração dos ativos da concessão (nota 17.1)	397.141
Receita de operação e manutenção (nota 17.1)	46.751
Receitas – revisão tarifária periódica (RTP) (i)	(105.079)
Recebimentos	(385.204)
Saldos em 2023	4.108.851

- (i) Receitas – revisão tarifária periódica (RTP) – O montante de R\$ 105.079 (R\$ 95.360 líquido de tributos), refere-se ao ajuste realizado no ativo da concessão com base na atualização da Receita Anual Permitida (RAP), conforme estabelecido na Resolução Homologatória - REH nº 3.216, publicada em 7 de julho de 2023.

8 Imobilizado

	2023		2022		Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	3	(1)	2	2	6,25%
Arrendamento de edifícios	1.057	(381)	676	1.087	14,17%
Equipamentos de informática	177	(82)	95	93	16,67%
	<u>1.237</u>	<u>(464)</u>	<u>773</u>	<u>1.182</u>	
Total do imobilizado em serviço	<u>1.237</u>	<u>(464)</u>	<u>773</u>	<u>1.182</u>	
Imobilizado em curso					
Administração	-	-	-	30	
Total do imobilizado em curso	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30</u>	
Total do imobilizado	<u>1.237</u>	<u>(464)</u>	<u>773</u>	<u>1.212</u>	

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Saldos em 2021	Adições	Depreciação	Saldos em 2022
Máquinas e equipamentos	2	-	-	2
Arrendamento de edifícios	425	751	(89)	1.087
Equipamentos de informática	27	89	(23)	93
	<u>454</u>	<u>840</u>	<u>(112)</u>	<u>1.182</u>
Imobilizado em curso	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Total do imobilizado	<u>484</u>	<u>840</u>	<u>(112)</u>	<u>1.212</u>
----------------------	------------	------------	--------------	--------------

	<u>Saldos em 2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas/ Transferências</u>	<u>Saldos em 2023</u>
Máquinas e equipamentos	2	-	-	-	2
Arrendamento de edifícios	1.087	101	(167)	(345)	676
Equipamentos de informática	93	-	(26)	28	95
Imobilizado em curso	30	-	-	(30)	-
	<u>1.212</u>	<u>101</u>	<u>(193)</u>	<u>(347)</u>	<u>773</u>

9 Intangível

Refere-se aos gastos incorridos na implantação do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

A movimentação do intangível é como segue:

Saldo em 2021	<u>52</u>
Amortização	<u>(38)</u>
Saldo em 2022	<u>14</u>
Amortização	<u>(14)</u>
Saldo em 2023	<u>-</u>

10 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$263.136 (R\$56.815 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11 Debêntures

11.1 Composição do saldo de debêntures

<u>Contrato</u>	<u>Empresa</u>	<u>Valor da captação</u>	<u>Data início</u>	<u>Encargos</u>	<u>TIR a.a.</u>	<u>Data Final</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Forma de pagamento</u>	<u>Garantia</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
1ª Emissão de Debêntures	Ivaí	1.650.000	15.12.2019	IPCA+4,50 a.a.	9,70%	15.12.2043	Exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia mediante a construção, implantação, operação e manutenção das instalações no estado do Paraná	Principal e Juros semestrais a partir de 15 de junho de 2023	Fiança bancária - 50% CTEEP e 50% TAESA	2.331.915	2.330.340
Custo de transação	Ivaí	89.403	15.12.2019			15.12.2043	Custos de transação incorridos na captação e emissão de debêntures			(63.999)	(70.342)
										2.267.916	2.259.998
Circulante										91.100	89.518
Não circulante										2.176.816	2.170.480

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11.2 Movimentação das debêntures

Saldos em 2021	2.021.689
Custos de Transação	6.383
Juros e variações monetárias	231.926
Saldos em 2022	2.259.998
Pagamento de principal	(96.656)
Pagamento de juros	(117.623)
Custos de Transação	6.343
Juros e variações monetárias	215.854
Saldos em 2023	2.267.916

11.3 Vencimento das parcelas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
2023	-	89.518
2024	91.100	87.040
2025	97.467	93.153
2026	97.764	93.450
2027	104.130	99.563
2028	104.429	99.862
2029 a 2033	550.945	527.093
2034 a 2038	631.445	604.549
2039 a 2043	590.636	565.770
	<u>2.267.916</u>	<u>2.259.998</u>

As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, e o processo de emissão ocorreu conforme Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos, houve dispensa de registro de distribuição na CVM.

11.4 Fundos vinculados

Até o vencimento final das debêntures a Companhia deve manter em conta reserva o valor mínimo equivalente a 100% (cem por cento) do valor da próxima amortização e pagamento de juros. Em 31/12/2023 o saldo é de R\$ 108.148.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O contrato de debêntures possui cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros, sendo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3x.

Em 31 de dezembro de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“covenants financeiros e não financeiros”) da Companhia.

12 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda	34	365
Contribuição social	981	124
Cofins	2.630	1.725
Pis	565	372
INSS	240	120
ISS	27	9
ICMS	671	651
FGTS	1	-
Outros	39	33
	<u>5.188</u>	<u>3.399</u>

13 Encargos regulatórios a recolher

13.1 Taxas regulamentares Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(ii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13.2 Composição

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	1.516	390
	<u>1.516</u>	<u>390</u>
Circulante	<u>358</u>	<u>234</u>
Não circulante	<u>1.158</u>	<u>156</u>

- (i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

14 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023, há ações judiciais, de natureza cível-fundiária, com probabilidade de perda provável no montante de R\$24.103 (R\$11.660 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista e tributária, envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos classificou como perda possível, para a qual não constitui provisão, no montante de R\$7.098 (R\$8.284 em 31 de dezembro de 2022).

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15 PIS e COFINS diferidos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PIS diferido	67.116	59.805
COFINS diferido	309.141	275.450
	<u>376.257</u>	<u>335.255</u>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2023 e 2022 é de 480.000.000 em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

Em 2023 e 2022, a composição do capital social autorizado totaliza R\$480.000 e o capital social integralizado R\$315.000 (R\$315.000 em 31 de dezembro de 2022), representados por ações ordinárias e possui a seguinte composição acionária:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A.	157.500	50	157.500	50
TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	157.500	50	157.500	50
	<u>315.000</u>	<u>100</u>	<u>315.000</u>	<u>100</u>

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	195.377	40.324
Constituição da reserva legal	<u>(9.769)</u>	<u>(2.016)</u>
	185.608	38.308
Dividendos obrigatórios	(46.402)	-
Constituição de retenção de lucros	<u>(139.206)</u>	<u>(38.308)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

(c) Reservas e retenção de lucros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reserva legal (i)	37.167	27.398
Retenção de lucros (ii)	<u>659.665</u>	<u>520.459</u>
	<u>696.832</u>	<u>547.857</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, conforme art. 196 da Lei 6.404/76, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência. A retenção de lucros com base no orçamento de capital, não é considerada para o cômputo do limite determinado pelo art. 199 da Lei 6.404/76.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17 Receita operacional líquida

17.1 Composição da receita operacional líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 7)	427.121	367.775
Operação e Manutenção (b) (nota 7)	46.751	5.150
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura (c) (nota 7)	75.353	-
Remuneração dos ativos da concessão (d) (nota 7)	397.141	240.464
Total da receita bruta	<u>946.366</u>	<u>613.389</u>
Tributos sobre a receita		
COFINS	(71.924)	(46.619)
PIS	(15.615)	(10.120)
	<u>(87.539)</u>	<u>(56.739)</u>
Encargos regulatórios		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(3.298)	(390)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(946)	-
	<u>(4.244)</u>	<u>(390)</u>
	854.583	556.260

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada a obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de *performance*, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

(b) Operação e Manutenção

As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura**

Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando conhecidos.

(d) **Remuneração dos ativos da concessão**

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa implícita de cada projeto sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita do projeto é de 7,65%.

Margem das obrigações de performance

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Implementação da Infraestrutura		
Receita de infraestrutura	427.121	367.775
Custo de implementação da Infraestrutura	(248.097)	(262.389)
Margem	<u>179.024</u>	<u>105.386</u>
% Margem percebida	42%	29%
Ganho de eficiência	75.353	-
O&M		
Receita de O&M	46.751	5.150
Custo de O&M	(16.129)	-
Margem	<u>30.622</u>	<u>5.150</u>
% Margem percebida	66%	100%
Remuneração dos ativos da concessão	<u>397.141</u>	<u>240.464</u>

17.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida – RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

17.3 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.216, publicada em 04 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

índice	RAP Ciclo 22/23				RAP Ciclo 23/24		RAP Ciclo 23/24
	REH 3.067	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	REH 3.216	PA	RAP Ciclo 23/24
IPCA	361.620	14.233	-	-	375.853	(13.242)	362.611

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total 2023	Total 2022
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste		
022/2017	-	361.499	(13.242)	-	3.543	-	351.800	361.620
	-	<u>361.499</u>	<u>(13.242)</u>	-	<u>3.543</u>	-	<u>351.800</u>	<u>361.620</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18 Custo de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

			<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal	-	(3.638)	(3.638)	(6.469)
Serviços	(234.338)	(479)	(234.817)	(217.755)
Depreciação e amortização	-	(207)	(207)	(150)
Material	(29.086)	(138)	(29.224)	(44.392)
Arrendamentos e aluguéis	(5)	(364)	(369)	(71)
Outros	(797)	(52)	(849)	(53)
	<u>(264.226)</u>	<u>(4.878)</u>	<u>(269.104)</u>	<u>(268.890)</u>

Dos custos demonstrados acima, os custos de infraestrutura, totalizaram R\$248.097 em 2023 (R\$262.389 em 2022). A respectiva receita de implementação infraestrutura, demonstrada na nota 17.1, é calculada acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

19 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras, líquido	27.752	12.372
Variações monetárias	1	633
	<u>27.753</u>	<u>13.005</u>
Despesas		
Encargos sobre debêntures	(128.413)	(115.730)
Variações monetárias	(93.785)	(116.196)
Comissões e taxas	(673)	(6.514)
IOF	(66)	(201)
Outras	(131)	(155)
	<u>(223.068)</u>	<u>(238.796)</u>
	<u>(195.315)</u>	<u>(225.791)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia adota o regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	294.805	61.579
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>100.234</u>	<u>20.937</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Outros	<u>(806)</u>	<u>318</u>
Despesa com IRPJ e CSLL - diferidos	<u>99.428</u>	<u>21.255</u>
Alíquota efetiva	34%	35%

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos / (Passivos)		
Ajustes IFRS (CPC 47)	(565.482)	(488.247)
Prejuízo fiscal	<u>196.015</u>	<u>205.816</u>
Total	<u>(369.467)</u>	<u>(282.431)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2023			2022		
		Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Aimorés	345	-	345	63	-	1.336
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Paraguaçu	515	-	515	95	-	2.007
Sublocação (b)	CTEEP	-	724	(2.940)	-	105	(629)
Prestação de serviços (c)	CTEEP	-	1.620	(11.318)	-	937	(4.517)
		860	2.344	(13.398)	158	1.042	(1.803)

- a) Em 13 de dezembro de 2018 foi encaminhada à ANEEL, conforme determina a Resolução Normativa nº 699/16, a solicitação de anuência prévia para o contrato de compartilhamento de recursos humanos entre a Companhia e suas partes relacionadas: (i) Interligação Elétrica Aimorés S.A. e (ii) Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. O pleito teve por objetivo o rateio dos gastos com pessoal de maneira proporcional à Receita Anual Permitida - RAP ajustada de cada Companhia. O pleito foi aprovado pela ANEEL por meio do despacho nº 578 de 25 de fevereiro de 2019 e segue vigente.
- b) A partir da Nota Técnica nº 114/2018-SFF ANEEL de 9 de julho de 2018, foi anuído o direito da CTEEP em compartilhar as despesas com TI e os gastos condominiais do edifício sede. A Companhia fisicamente está localizada no edifício sede da controladora em conjunto CTEEP e, como previsto na NT nº114/2018, passou a compartilhar dos custos condominiais calculados com base na área ocupada; já para os gastos com TI o compartilhamento ocorre pela quantidade de usuários.
- c) Contrato de prestação de serviços de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Remuneração dos administradores

A remuneração global dos Administradores da Companhia foi de R\$309 (R\$813 em 2022). Em 2023, após a troca da diretoria, a remuneração dos administradores passou a ser paga pela Controladora CTEEP.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

22 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Aplicações financeiras	2	91.262	128.654
<u>Custo amortizado</u>			
Equivalentes de caixa		48.967	18.348
Partes relacionadas		860	158
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Debêntures		2.267.916	2.259.998
Fornecedores		260.201	56.815
Partes relacionadas		2.344	1.042
Arrendamentos (*)		671	1.108

(*) Em razão da Companhia possuir somente arrendamento a pagar, conforme quadro acima, não há outras informações suplementares do fluxo de caixa (Mudanças nos passivos de atividades de financiamento) a serem divulgadas, considerando os requerimentos do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 17.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.
- (iv) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

(c) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes adotado pela Companhia na data das demonstrações financeiras.

Operação	Risco	Saldos em 2023	Cenário Base	Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro			
				Risco de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores	
				Cenário I – 25%	Cenário II – 50%	Cenário I – 25%	Cenário II – 50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa	CDI	140.229	26.816	33.520	40.224	20.112	13.408
Passivos financeiros							
Debêntures	IPCA	2.267.916	(222.197)	(277.746)	(333.296)	(166.648)	(111.099)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ivaí – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

23 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	19/12/23 a 19/12/24	373.837	435
			435

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

24 Compromissos assumidos

Em 13 de setembro de 2017, a Companhia assinou um contrato no valor de R\$371.000, na modalidade EPC Chave na Mão por Preço Fixo Global (*Lump Sum Turnkey*), referente a fornecimento de bens, equipamentos e materiais além da execução das obras das subestações 525kV, 230kV e 138kV. O saldo deste contrato contendo o reajuste, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$73.452 (R\$74.047 em 31 de dezembro de 2022).

25 Eventos subsequentes

i) Processo com probabilidade de perda classificada como possível

No mês de fevereiro de 2024, ocorreu uma atualização no prognóstico da demanda ambiental, passando de remoto para possível, no valor de R\$ 41.376. Isso diz respeito ao Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Estado do Paraná, que tem como objetivo investigar a compensação ambiental por perda de vegetação nativa, bem como uma eventual complementação da compensação adotada no Termo de Compromisso firmado com o Instituto Água e Terra – IAT..

ii) Emissão do Termo de Liberação Definitiva - TLD

Em 03 de março de 2024, as obras de implantação do empreendimento da Companhia foram finalizadas, sendo solicitado ao Operador Nacional do Sistema, a emissão do Termo de Liberação Definitivo – TLD, sendo esse emitido pelo órgão em 05 de março de 2024.

* * *

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Ivaí S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Ivaí S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Ivaí S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo contratual

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.7 e nº 7 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. Durante a sua fase de construção, a Companhia constitui, em contrapartida à receita de construção, um ativo de contrato, o qual passa a ser amortizado após o início das operações, à medida em que a Companhia executa a operação e manutenção da estrutura construída, e conforme o recebimento da remuneração pelo cumprimento de ambas as obrigações de performance. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$4.105.807 mil.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 - "Revenue from Contracts with Customers") requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração relacionados à captura, processamento e registro das transações referentes ao ativo contratual e a receita de contrato, de acordo com os requerimentos contábeis e com as condições contratuais; (iii) entendimento dos critérios e das premissas utilizados na determinação das margens de construção e das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro e dos montantes estimados de indenização sobre os valores residuais da infraestrutura de transmissão, quando aplicável; (iv) testes substantivos relacionados às adições ao ativo de contrato, em base amostral; (v) recálculo dos fluxos de recebimento futuro do projeto de infraestrutura; (vi) recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos de contrato em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração do ativo contratual da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração do ativo da concessão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.7 e nº 7 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5